



## O LUGAR DO EQUIPAMENTO COLETIVO NA ESTRUTURA URBANA E SOCIAL

### AS IGREJAS E COLETIVIDADES NOS BAIROS DA ENCARNAÇÃO E CASELAS, EM LISBOA

Page | 239

Maria Amélia Cabrita<sup>a</sup>, Teresa Marat-Mendes<sup>b</sup>

<sup>a</sup> Iscte Instituto Univresitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal. E-mail: [mamelia007@gmail.com](mailto:mamelia007@gmail.com)

[Amelia\\_Anastacio@iscte-iul.pt](mailto:Amelia_Anastacio@iscte-iul.pt)

<sup>b</sup> Iscte Instituto Univresitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal. E-mail: [teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt](mailto:teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt)

#### RESUMO

Com esta comunicação pretendemos contribuir para a avaliação dos impactos, urbano, morfológico e territorial, dos equipamentos coletivos, bem como do seu valor social, incidindo sobre dois casos de estudo, nos bairros de Encarnação e Caselas, no âmbito de uma pesquisa mais alargada e que tem como objeto de estudo os bairros de casas económicas de Lisboa. Foi possível, para estes dois casos, dispor da consulta de documentação histórica nos arquivos da DGPC (Direção Geral do Património Cultural) em Sacavém e do IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) em Lisboa.

Os objetivos da investigação em curso passam por elencar e fixar, a partir dos projetos dos bairros, tipologias (i) de habitação, (ii) de edifícios coletivos (igrejas e coletividades) e (iii) de desenho urbano. Para as habitações, cujo modelo foi sendo alterado ao longo do tempo, utilizamos os procedimentos da metodologia do *Processo Tipológico da Morfologia Urbana*, o qual permite registar e analisar a evolução das diferentes tipologias através do estabelecimento de *quadros tipológicos*. Pretende-se, também, aprofundar a análise, tendo em conta dois aspetos que se situam a escalas diferenciadas: por um lado, o lugar dos bairros na cidade, as vertentes da evolução urbana, da ocupação sucessiva do território, utilizando a cartografia histórica e a respetiva análise morfológica (como métodos), sem deixar de contextualizar os objetos de estudo nas estratégias de urbanização e expansão da cidade no período em estudo; por outro lado, complementando os aspetos *top down*, considerar os bairros como espaços habitados, analisando, numa perspetiva *bottom up* e monográfica (como metodologia), processos individuais dos moradores, o que permite caraterizar as famílias e as relações com a própria casa (nomeadamente através das alterações solicitadas e executadas), com os vizinhos e com os poderes, relação esta que se mantinha por via dos fiscais dos bairros. O mesmo processo (compilação de fichas monográficas de análise documental) é seguido para o equipamento coletivo em estudo.

Assim, numa primeira fase, a metodologia seguida baseia-se na compilação, análise e classificação documental, a qual abrange um número difícil de calcular de documentos e ofícios, exteriores e internos, provenientes sobretudo dos serviços da DGEMN (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) e da DGPHE (Direção Geral da Previdência e Habitações Económicas). Os espólios consultados incluem também um conjunto de trabalhos gráficos de



estudos e projetos, que nos permitem conhecer as opções urbanísticas e de arquitetura, contribuindo para a avaliação dos respetivos impactos na morfologia urbana dos locais em estudo.

De forma complementar, mas essencial para situar e interpretar em cada momento os aspetos estudados, temos sempre presentes os contextos políticos/ ideológicos, económicos, sociais e culturais do período em causa (Estado Novo); contextos estudados e desenvolvidos na primeira parte da tese, com o título *Os bairros de casas económicas de Lisboa: morfologia e contextos (1933-1970)*.

Page | 240

1-Caselas e Encarnação constituem dois bairros de Lisboa construídos entre 1940 e a década de 1950, no âmbito do programa das casas económicas do Estado Novo. Cada um destes bairros é marcado pela sua própria história— e por uma forma urbana resultante de diferentes opções urbanísticas, com base num programa estrito de tipologias unifamiliares a implantar em blocos de fogos geminados, opções essas da responsabilidade dos respetivos projetistas, mas condicionadas também por desígnios políticos e circunstâncias administrativas, para além das condições geográficas, topográficas e topológicas das áreas disponibilizadas. Podemos adiantar, por exemplo, que Paulino Montez (1897-1988), o arquiteto do bairro da Encarnação, optou por fazer “tábua rasa” da estrutura urbana, rural e de pequena indústria do vasto território em causa, um subúrbio da cidade, organizado organicamente em função de propriedades rurais, quintas produtivas de diferentes dimensões e pequenas povoações (Inácio 2012). Anedótico ou não, a verdade é que o arquiteto justifica a forma simétrica do plano (em borboleta), com a vista, eventualmente interessante, que seria possível captar a partir dos aviões. Segundo o próprio autor, em publicação de 1958: “para que a composição do conjunto do bairro pudesse ser apreendida, em rápido golpe de vista, pelos passageiros dos aviões que utilizam o aeroporto próximo” (citado por Inácio 2012, p.29).

Por outro lado, em Caselas, vamos descobrir a estrutura ainda identificável, de uma aldeia salaia, com o seu pequeno aglomerado, o moinho e, quase certo, mas difícil de discernir atualmente, a azenha junto à ribeira (de Algés). Neste caso, as expropriações (que eram da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa) deixaram grande parte da aldeia intacta e é muito interessante perceber como é que o arquiteto António Couto Martins (1897-1970) soube lidar com os condicionalismos em presença, tendo em atenção que ainda estavam longe no tempo as preocupações com a história popular/rural e o património que não fosse o classificado e monumental.

Com dimensões muito diferentes—o número de fogos do bairro da Encarnação ultrapassa mil, enquanto o de Caselas é de poucas centenas— estes dois bairros diferem também no que se refere à programação do equipamento coletivo— as escolas primárias estão em geral previstas; no plano da Encarnação surgem desde logo pequenos edifícios comerciais, com implantação posterior de dois mercados e a previsão de ocupação de terreno camarário adjacente para parque desportivo; em Caselas, não foi previsto comércio, nem sequer de proximidade, e a ideia de um parque desportivo só surge mais tarde, como projeto à parte, ainda no âmbito da construção do bairro.

2- No entanto, em ambos os casos, o destaque dado, nos respetivos planos, à implantação de uma igreja, corresponde a um programa urbanístico que pretendeu dar resposta a patentes desígnios político-ideológicos, os quais apontavam para objetivos de coesão social; quer dizer, da análise documental deduz-se o argumento transversal à urgência manifesta da construção das igrejas em muitos bairros: é ponto assente, em primeiro lugar, que a maioria dos portugueses é católica; depois, e não menos importante, destaca-se o papel que a religião desempenha na formação e contenção moral da população.



Do ponto de vista da morfologia urbana, os edifícios das igrejas e áreas envolventes desempenham, ou pretende-se que assim seja, um papel ordenador, do traçado urbano principal e/ou dos enfiamentos visuais, a partir da eventual influência de Camillo Sitte (1843-1903), que Gordon Cullen (1914-1994) veio atualizar, a saber, a composição da paisagem urbana. No bairro da Encarnação constata-se, inclusivamente, que o reforço da centralidade da igreja é dado, não pelo projetista, mas pelo ministro das obras públicas à época (Frederico Ulrich), extremamente empenhado na construção da mesma e que ordena a deslocalização da igreja do previsto no plano para o topo da avenida central, onde foi efetivamente implantada, conforme documentos de arquivo da DGEMN consultados.

Page | 241

Sendo certo que nem todas as igrejas foram construídas, é possível, hoje, dar-mo-nos conta do vazio que aquela falta deixou no tecido urbano— temos os casos do bairro da Madre de Deus e da Calçada dos Mestres. O mesmo já não se poderá dizer da Ajuda, nem de Benfica, onde não se percebe a possível localização da igreja, nem da Encosta do Restelo, com a previsão da igreja num lote periférico. Neste caso terá sido a influência de uma conceção urbana diferente da parte do arquiteto Faria da Costa (1906-1971)?

Em ambos os bairros aqui considerados, o espaço envolvente das igrejas é tratado em função do usufruto público. No caso de Caselas, através de uma pérgula envolvente, enquanto que uma área ajardinada será a opção empregue na Encarnação, contribuindo assim para o desafogo e a presença do ambiente natural.

Quando o escopo é a coesão social, numa outra perspetiva, apercebemo-nos de uma certa continuidade a partir da criação das respetivas paróquias, em relação a objetivos de apoio social que vêm até à atualidade, testemunhando o empenho que as paróquias têm nos aspetos assistenciais, atualmente em muitos casos em colaboração com o estado, através da Segurança Social. No caso da Encarnação, há evidências de atividades nesse âmbito promovidas pela paróquia logo nos primeiros tempos da sua implantação (Inácio 2012).

3- As coletividades, por seu lado, têm uma origem e um percurso muito diferentes das igrejas. É só a partir de 1947 que à FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, criada em 1935), é cometida a responsabilidade exclusiva da criação de Centros de Recreio Popular (CRP) nos aglomerados de casas económicas em todo o país. Missão que vai ser cumprida, evitando quanto possível o surgimento de outras associações congêneres paralelas.

Também aqui se descortina um objetivo de coesão social, mas que é induzido por uma certa ameaça: os fiscais dos bairros relatam aos seus superiores a emergência de grupos de moradores que se formam espontaneamente em associações cada vez mais organizadas, com objetivos de prática de desporto, recreio e cultura (Inácio 2012) — diga-se desde já, com um carácter muito urbano e médio-burguês, mas na continuidade do que eram as coletividades tradicionais, com origens nas associações operárias de finais de oitocentos, de que temos tantos exemplos, nomeadamente em Lisboa (Rego 2017). Com receio de que estas associações se pudessem tornar permeáveis a influências de ideias e ideais difundidos pelo Partido Comunista Português, à época organizado e ativo, tornava-se urgente arregimentá-los integrando-os, obrigatoriamente, na FNAT, mas aliciando com a realização de um sonho que era de todos: a construção de uma sede e instalações para as respetivas atividades.

Trata-se, portanto, de edifícios não previstos nos planos de urbanização, mas para os quais se tornou necessário adquirir espaços, passando estes para a posse da FNAT, através do INTP (Instituto Nacional do Trabalho e Previdência), depois DGPHE (Direção Geral da Previdência e Habitações Económicas) do respetivo Ministério das Corporações e Previdência Social.



Para implantar, não só o edificado, mas também as áreas de desporto e/ou lazer solicitadas e possíveis, assistimos a alterações de traçado projetado, no caso de Caselas, enquanto na Encarnação é um conjunto de lotes de habitação que é transferido para outros pontos da urbanização.

Estando atualmente ambas as coletividades em atividade, nas mesmas instalações que foram construídas entre 1958 e 1967 pelo Fundo das Casas Económicas para a FNAT (hoje propriedade do IHRU, no caso da Encarnação), desenvolvendo modalidades que são do interesse das populações respetivas, cabe, por um lado, assinalar a capacidade de resiliência que demonstram, adaptando-se a novas necessidades e modas de sucessivas gerações e, por outro lado, distinguir as situações de cada uma das coletividades, tal como já tivemos oportunidade de fazer em sessões anteriores (comunicações em PNUM 2021 e PNUM 2022). Para a perspetiva que trazemos desta vez, importa salientar as dificuldades comuns à ADCEO (Associação Desportiva e Cultural de Encarnação e Olivais) e ao Clube de Futebol de Caselas: ambas funcionam em edifícios com cerca de sessenta anos, sujeitos a deficientes e muito intervaladas operações de manutenção, com escassas obras de requalificação e, no caso da Encarnação, suportando um “peso morto” de uma sala de cinema e espetáculos praticamente abandonada, onde alguns espaços e equipamentos nos remetem para um outro “Cinema Paraíso”— onde, inclusivamente, falta a atualização, de acordo com a legislação, dos meios de prevenção e combate a incêndios.

Page | 242

4- Frentes diversas de promoção de vida comunitária, estes equipamentos também tiveram um tratamento desigual na sua formação, pois enquanto as igrejas são totalmente financiadas pelo estado, incluindo o mobiliário e decoração, os custos da construção e equipamento das atuais coletividades (na origem designadas CRP nº5 da Encarnação e CRP nº10 de Caselas) vêm a ser ressarcidos através de uma renda, paga pelos usufrutuários, numa modalidade que traz essa obrigação até hoje, no caso da Encarnação, enquanto Caselas terá adquirido os direitos de propriedade.

A recuperação destas histórias sobre a origem e a vida das igrejas e coletividades em causa, parece-nos de grande relevância e importa, portanto, divulgá-las, pois permitem-nos valorizar o lugar social que ocupam; reconhecer a capacidade resiliente que lhes permite atravessar e servir gerações sucessivas e enaltecer a relevância que representam para a forma urbana e o ambiente, porque há sempre uma envolvente preservada. Finalmente, parece importante que a edilidade pudesse dar mais atenção às necessidades materiais das coletividades que continuam a ser fatores de coesão social e territorial nos bairros e na cidade, ponderando-se também, nas definições de estratégias territoriais e urbanas e nas operações de planeamento, o relevo a conferir ao equipamento coletivo.

**Palavras chave:** Lisboa, igrejas, coletividades, Estado Novo, morfologia urbana

#### REFERÊNCIAS

Inácio, C.A.R. e Barreiros, F.F. (2012) *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais* 2a Ed. (Autores e CML, Lisboa)

Valente, J. (1999) *Estado Novo e Alegria no Trabalho. Uma história política da FNAT (1935-1958)*. (Ed. Colibri, Lisboa)

Rego, M.J.F. (2017) *Coletividades de Lisboa. Freguesia de Arroios*. (CML, GEO, Lisboa)